



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP CAV FABRICIO GLASSMANN

**A IMPORTÂNCIA DA PROJEÇÃO MILITAR DO BRASIL EM FUNÇÃO DA SUA
ATUAÇÃO NA MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ESTABILIZAÇÃO DO
HAITI (MINUSTAH).**

**Rio de Janeiro
2020**



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP CAV FABRICIO GLASSMANN

A IMPORTÂNCIA DA PROJEÇÃO MILITAR DO BRASIL EM FUNÇÃO DA SUA ATUAÇÃO NA MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ESTABILIZAÇÃO DO HAITI (MINUSTAH).

Trabalho acadêmico apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito para a especialização em Ciências Militares com ênfase em Gestão Operacional.

Orientador: Cap Cav GUILHERME BERNARDES SIMÕES

**Rio de Janeiro
2020**



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DECEx - DESMil
ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS
(EsAO/1919)**

DIVISÃO DE ENSINO / SEÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autor: **Cap Cav FABRICIO GLASSMANN**

Título: **A IMPORTÂNCIA DA PROJEÇÃO MILITAR DO BRASIL EM FUNÇÃO DA SUA ATUAÇÃO NA MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ESTABILIZAÇÃO DO HAITI (MINUSTAH).**

Trabalho Acadêmico, apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito parcial para a obtenção da especialização em Ciências Militares, com ênfase em Gestão Operacional pós-graduação universitária lato sensu.

APROVADO EM _____ / _____ / _____ CONCEITO: _____

BANCA EXAMINADORA

Membro	Menção Atribuída
DIEGO MORAES DUARTE - TC Cmt Curso e Presidente da Comissão	
GUILHERME BERNARDES SIMÕES - Cap 1º Membro e Orientador	
RAFAEL SILVA ROMANI - Cap 2º Membro	

FABRICIO GLASSMANN – Cap
Cap Aluno

RESUMO

O Brasil iniciou sua participação em missões de paz em 1947, mas foi com a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) em 2004, que o protagonismo das Forças Armadas (FFAA), principalmente do Exército Brasileiro (EB), devido ao seu alto desempenho, trouxe consequências diretas para o Brasil, como nação participante da comunidade internacional. Foi nessa missão, que sem precedentes em participações das FFAA brasileiras sob a bandeira da Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil esteve com seu maior contingente de tropas, 26 contingentes em 13 anos de missão em solo haitiano. Sob o amparo da Carta das Nações Unidas, em conjunto com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da Política Nacional de Defesa (PND), a participação brasileira nessa missão trouxe consequências para a expressão política e militar do poder nacional. No campo político do poder nacional, contribuiu sobremaneira para a diplomacia do governo brasileiro com outros países e organizações internacionais. Do mesmo modo, no campo militar do poder nacional, foi possível verificar contribuições para o adestramento e aprestamento da tropa, para o aperfeiçoamento logístico, para o aprimoramento da doutrina militar, levando ao aumento de sua capacidade de dissuasão. Com isso, a MINUSTAH foi um exemplo de sucesso da participação brasileira perante a ONU, elevando o potencial da projeção militar do Brasil, sendo um instrumento importante para a projeção do Poder Nacional, levando a uma maior inserção do país à comunidade internacional, a fim de atingir seus objetivos nacionais de caráter estratégico.

Palavras-chave: Missões de Paz, MINUSTAH, Projeção Militar do Brasil.

RESUMEN

El Brasil comenzó su participación en misiones de mantenimiento de la paz en 1947, pero fue con la Misión de las Naciones Unidas para la Estabilización del Haití (MINUSTAH) en 2004, que el protagonismo de las Fuerzas Armadas (FFAA), principalmente del Ejército Brasileño (EB), debido al su alto rendimiento, trajo consecuencias directas para el Brasil, como nación con participación en la comunidad internacional. Fue en esta misión, que la participación sin precedentes de las FFAA brasileñas, bajo la bandera de la Organización de las Naciones Unidas (ONU), el Brasil estuvo con el mayor contingente de tropas, 26 contingentes en 13 años de misión en suelo haitiano. Bajo el amparo de la Carta de las Naciones Unidas, junto con la Constitución de la República Federativa del Brasil de 1988 y la Política Nacional de Defensa, la participación brasileña en esta misión trajo consecuencias para la expresión política y militar del poder nacional. En el campo político del poder nacional, contribuyó en gran medida a la diplomacia del gobierno brasileño con otras naciones y organizaciones internacionales. Asimismo, en el campo militar del poder nacional, fue posible verificar las contribuciones para el adiestramiento y apesamiento de las tropas, para la mejora logística, para la mejora de la doctrina militar, lo que llevó a un incremento en su capacidad de disuasión. Con esto, la MINUSTAH fue un ejemplo de participación brasileña exitosa ante la ONU, creciendo el potencial de la proyección militar del país, siendo un instrumento importante para la proyección del Poder Nacional, lo que lleva a una mayor inserción del Brasil en la comunidad internacional, con el fin de lograr sus objetivos estratégicos nacionales.

Palabras clave: Misiones de Paz, MINUSTAH, Proyección Militar del Brasil

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade tratar sobre a participação do Brasil nas Operações de Paz da Organização das Nações Unidas (ONU), com o objetivo de se realizar um estudo especificamente sobre a importância da projeção militar do país, em função da sua atuação na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) que ocorreu nos anos de 2004 a 2017.

As constantes mudanças sociais que caracterizam a história da humanidade influenciam diretamente nos panoramas políticos e no surgimento de conflitos. Foi após a Segunda Guerra Mundial que a comunidade internacional, num sentimento generalizado de que era necessário encontrar uma forma de manter a paz entre os países, representada por 50 países presentes à Conferência sobre Organização Internacional, na cidade de São Francisco, de abril a junho de 1945, elaboraram a Carta das Nações Unidas, documento que marca o surgimento da Organização das Nações Unidas (NAÇÕES UNIDAS, 1945).

As Operações de Paz da ONU se iniciaram em 1947, como um instrumento de intervenção para atuar em países devastados por conflitos, com o objetivo de resolver os atritos existentes pelas partes com o uso de acordos de paz. Com o passar dos anos, essas operações deixaram de ser somente uma força de interposição e observação e assumiram mandatos mais complexos, os quais envolvem tarefas como ajudar a instituir governos, monitorar violações dos direitos humanos, assegurar reformas setoriais, e garantir o processo de desarmamento, desmobilização e reintegração de ex-combatentes (MACIEL; LEAL, 2019, p. 132).

Foi neste cenário que a contribuição do Brasil às Operações de Manutenção da Paz (OMP) da ONU iniciaram, quando diplomatas e militares brasileiros participaram da primeira equipe multinacional que recebeu autorização para atuar nos Bálcãs (HAMANN; TEIXEIRA, 2017, p. 1).

Desde então, o país passou a participar de forma ativa nas operações multilaterais, por meio do envio de observadores militares e policiais em missões individuais, e também, em determinadas missões, com o envio de contingentes de tropas e militares em funções estratégicas. Um exemplo de grande importância foi a permanência de Oficiais Gerais do Exército Brasileiro (EB) como comandante das forças da ONU (*Force Commander*) durante todo o período de missão da MINUSTAH, fato até então sem precedentes naquela organização, e que foi uma fonte imensurável de conhecimento para o Brasil.

Cabe ressaltar que o país cumpre o princípio da não-intervenção, discriminado no Art. 4º da Constituição Federal, não participando de missões de imposição da paz (*Peace Enforcement Operations*), quando não existe o consentimento das partes que estão em conflito.

Em 2004, o Haiti sofreu uma nova intervenção internacional, decorrente de uma crise política. Em 30 de abril do mesmo ano, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), através da resolução 1542, criou a MINUSTAH, decorrente da abdicação do presidente do país, Jean Bertrand Aristide, e devido ao crescente uso da violência por manifestantes contrários ao seu governo. O país se encontrava envolto de pobreza e lixo nas ruas, a existência de gangues armadas, manifestações hostis, uma Polícia Nacional (PNH) com falta de equipamento, corrupta e por diversas vezes acusada de abusos constantes de direitos humanos.

No Brasil, o Senado Federal aprova em 19 de maio do mesmo ano o engajamento brasileiro na missão, sob o argumento que a participação na missão de paz contribuiria para a projeção internacional e na ambição de ocupar um assento permanente no CSNU.

A atuação das tropas brasileiras na MINUSTAH foi fundamental para uma possível projeção do Brasil no cenário internacional. No que tange sobre aperfeiçoamento em operações de paz, o trabalho realizado na missão tornou-se referência mundial, e do ponto de vista diplomático, o país demonstrou um grande dever de solidariedade regional ajudando na resolução dos diversos problemas existentes no país caribenho, corroborado pelo reconhecimento do povo local, e com isso, cumprindo com êxito o mandato da missão e comprovando mais uma vez a sua capacidade de trabalhar no seio da ONU.

1.1 PROBLEMA

A Organização das Nações Unidas surgiu em substituição a Liga das Nações, em 1945, com um acordo entre países membros materializado pela Carta de São Francisco, ou como é mais conhecida, a Carta da ONU, que pauta sobre as obrigações da Organização das Nações Unidas perante a comunidade internacional (NAÇÕES UNIDAS, 1945).

As Operações de Paz da ONU são implementadas desde 1948, pelo seu Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), reguladas pelo Capítulo VI que trata sobre soluções pacíficas para os conflitos, o Capítulo VII que discorre sobre ações

em caso de ameaça ou ruptura da paz e atos de agressão, e o Capítulo VIII que trata sobre a participação de organizações regionais na manutenção da paz e segurança, todos mencionados na Carta da ONU, com o objetivo de lidar com a ascensão dos conflitos e panoramas políticos. (MACIEL; LEAL, 2019, p. 131).

O Brasil tem participado de diversas Missões de Paz no decorrer dos anos, com seu marco no ano de 1947 aos dias atuais, demonstrando o seu comprometimento com a ONU.

Percebe-se ainda, que no início desse século ocorreu um aumento significativo da busca pela inserção internacional, sendo um de seus objetivos um assento como membro permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, uma ambição da Política Externa Brasileira (PEB), o que ampliaria a sua presença como ator global.

Pautado na participação brasileira na MINUSTAH e em concepção com as novas ameaças à segurança internacional que ocasionam as missões de paz, esse artigo buscou realizar uma análise da relevância da projeção militar do Brasil, com um enfoque na sua participação na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti. Diante disso, surge a problemática da pesquisa. Ocorreu a projeção militar do Brasil, perante a sociedade internacional, pautado no trabalho realizado pelas tropas na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti?

1.2 OBJETIVOS

Com o objetivo de que seja respondido o problema em questão já apresentado, a presente pesquisa tem por finalidade verificar a participação das tropas na MINUSTAH, apresentando qual foi o benefício e a relevância da sua atuação na missão de paz. Para tal, foram levantados alguns objetivos específicos para que seja alcançado o objetivo geral do estudo, que são:

- a) Apresentar de forma sucinta as participações do Brasil nas Operações de Paz.
- b) Destacar a participação do Brasil na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti.
- c) Verificar se a presença e o trabalho realizado pela tropa brasileira na MINUSTAH, trouxe benefícios e qual a relevância para a projeção militar perante a comunidade internacional.

1.3 JUSTIFICATIVAS E CONTRIBUIÇÕES

O estudo foi realizado com a justificativa de identificar qual é a experiência brasileira adquirida em Operações de Paz, com enfoque na missão de paz no Haiti, e principalmente qual foi a contribuição dessa atuação para o aumento da influência do Brasil perante o mundo, pela ótica militar. Com o presente estudo foi possível verificar que as missões como Força de Paz da ONU são um meio para promover treinamento de combate real e experiências internacionais às Forças Armadas, e uma postura de política externa visando na projeção do país como ator político relevante para a comunidade internacional.

A opção por realizar uma abordagem mais aprofundada sobre a MINUSTAH no referido tema, é resultado da postura mais pró-ativa demonstrada pelo Brasil na já mencionada missão, exemplificada por ser a primeira vez que o Brasil comandou uma operação de paz internacional, por intermédio de 14 Oficiais Gerais e o contingente brasileiro no Haiti ter sido o maior deslocado para fora das fronteiras nacionais desde a segunda guerra mundial, com 26 contingentes. (SEITENFUS, 2014)

Ademais, o presente estudo ratifica que o engajamento do Brasil em missões de Paz da ONU tem como um dos objetivos a sua inserção na agenda de segurança internacional.

Verifica-se ainda que a crescente busca do Brasil pelo multilateralismo, demonstrado em sua trajetória na atuação nas Operações de Paz da ONU, com uma maior relevância devido a sua atuação na MINUSTAH, ampliou a sua presença internacional, demonstrando uma crescente influência de seu poder político, e gerou uma maior integração militar e civil com os outros países, sendo esta uma estratégia para melhorar e manter a imagem da Força perante a sociedade internacional.

2 METODOLOGIA

Com o objetivo de obter informações sobre o tema mencionado, esse artigo buscou analisar as fontes de consulta nacionais e internacionais. Foram examinados artigos e publicações nacionais e internacionais, dados da Organização das Nações Unidas e do Ministério da Defesa, manuais nacionais e periódicos especializados.

Os capítulos desse trabalho foram organizados da seguinte forma: inicialmente foi apresentado como ocorreu a inserção do Brasil nas Operações de Paz da ONU. Posteriormente foi abordado como surgiu a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti e como se discorreu a participação das tropas brasileiras na

referida missão de paz, sob uma abordagem mista. Por fim, após a descrição dos dados pesquisados, foi realizada uma análise da evolução da participação do Brasil nas Operações de Paz, quais foram as lições tiradas da experiência vivida no Haiti e qual a relevância dessa atuação para a sua projeção internacional.

2.1 REVISÃO DE LITERATURA

Incorporado no procedimento metodológico mencionado anteriormente e para o aprofundamento teórico a respeito do assunto abordado no presente trabalho, diversas foram as fontes encontradas no estudo bibliográfico para a obtenção de dados e informações. Objetivando o enriquecimento do estudo, a coleta das referências buscou autores com notabilidade, principalmente militares. Necessário para a perfeita compreensão do tema, o estudo foi estruturado da seguinte forma: O Brasil nas operações de Paz; A MINUSTAH; A composição das tropas brasileiras na MINUSTAH; A atuação do Exército Brasileiro na MINUSTAH; e A projeção militar do Brasil.

2.2 COLETA DE DADOS

O presente artigo visou fazer um estudo a despeito da atuação militar do Brasil como Força de Paz nas missões da ONU, com ênfase em sua participação na MINUSTAH. Nesse propósito e para facilitar o correto entendimento a respeito da real importância da participação do Brasil nesse tipo de missão, e quais as consequências para a sua projeção militar, fez-se necessário um estudo de como o país inseriu-se nesse contexto e como expressou o seu trabalho na missão que teve maior vulto de tropas até o momento, que foi no Haiti.

Diante desse fato, um aspecto relevante a ser levado em conta para o referido artigo, foi a experiência vivenciada por militares que participaram da missão de paz. Para isso, foi realizado um questionário com 50 (cinquenta) militares, com o público alvo de Sargentos e Oficiais, das Forças Armadas, que participaram da MINUSTAH nos diversos contingentes durante os 13 anos de missão.

Esses dados em conjunto com a pesquisa bibliográfica realizada, propiciou que fosse possível levantar qual a real importância da projeção militar do Brasil em função de sua atuação na MINUSTAH, apresentado no Capítulo 3 – Resultados e Discussões.

2.2.1 O Brasil nas Operações de Paz

Desde a criação da ONU, em 1945, observa-se que o Brasil tem participado de diversas missões de paz pelo mundo, e tudo teve início quando militares e diplomatas brasileiros fizeram parte da primeira equipe multinacional que recebeu autorização, em outubro de 1947, para atuar nos Balcãs. Dez anos mais tarde, ocorreu a primeira missão da ONU com tropas (unidades constituídas) que também contou com militares brasileiros. Desde então, o Brasil já participou de 47 missões sob a égide da ONU, incluindo 43 operações de manutenção da paz, e enviou ao terreno cerca de 50 mil homens e mulheres uniformizados (HAMANN; TEIXEIRA, 2017, p. 1).

É fundamental salientar que segundo Lannes (1998) “o Brasil é um dos mais tradicionais contribuintes de efetivos militares para missões de manutenção da paz das Nações Unidas”, e verifica-se que isso ocorre devido a sua aptidão de defesa da paz e da solução pacífica dos conflitos (pautadas em operações com base no Capítulo VI da Carta da ONU), princípios tão importantes ao nosso país que estão claramente registrados no artigo 4º da nossa Constituição Federal.

A Constituição Brasileira, no seu Art. 4º, estabelece:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

I - independência nacional;

II - prevalência dos direitos humanos;

III - autodeterminação dos povos;

IV - não-intervenção;

V - igualdade entre os Estados;

VI - defesa da paz;

VII - solução pacífica dos conflitos;

VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;

IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações (BRASIL, CF/88).

Com isso, nota-se que o Brasil enfatiza o princípio da não-intervenção e a resolução pacífica dos conflitos, razão pela qual o País não envia suas tropas para missões do tipo imposição da paz, quando não se tem o consentimento das partes beligerantes.

Deve-se ter sempre em mente que nas Op Paz, as forças participantes, ao invés de estarem direcionadas para ações de combate, estarão empenhadas em outro tipo de tarefa, para a qual se exige uma postura imparcial para o sucesso da Missão, não reconhecendo as partes envolvidas como inimigas, mas sim como entidades interessadas na busca da paz. Entretanto, não pode ser descartada a hipótese de a situação vir a sofrer uma escalada, obrigando essa força a entrar em combate. Assim, o planejador da participação em uma Op Paz deve levar sempre em consideração os princípios orientadores das operações militares em uma situação de conflito (BRASIL, 2013, p. 20).

Também se faz importante mencionar, como fundamento da participação brasileira em operações de manutenção da paz, a política de defesa nacional expedida pela Presidência da República originalmente em 2005, e atualizada em 2012, passando a se chamar Política Nacional de Defesa (PND). Nesse documento está registrado que um dos objetivos dessa política é "a contribuição para a manutenção da paz e da segurança internacionais", e uma de suas diretrizes é "participar de operações internacionais de paz, de acordo com os interesses nacionais" (LANNES, 1998).

O Exército deverá ter capacidade de projeção de poder, constituindo uma Força, quer expedicionária, quer para operações de paz, ou de ajuda humanitária, para atender compromissos assumidos sob a égide de organismos internacionais ou para salvaguardar interesses brasileiros no exterior (BRASIL, 2012, p. 71).

A primeira participação do Brasil nas operações de paz se transcorreu em outubro de 1947 com o envio de oficiais brasileiros para a Grécia, para comporem a Comissão Especial das Nações Unidas para os Bálcãs (UNSCOB), com a missão de monitorar a situação dos refugiados na fronteira entre a Grécia e a Albânia, Bulgária e a Iugoslávia, países que estariam intervindo na guerra civil grega (BRASIL).

A UNSCOB possuía as características das missões de observação, contudo, seus integrantes eram considerados representantes de seus respectivos países de origem, reportando-se diretamente à Assembléia Geral e não ao Secretário-Geral. O Brasil contribuiu com dois oficiais (um Capitão-Tenente da Marinha do Brasil e um Capitão do Exército Brasileiro) no período de 1948 a 1949. O General Anor Teixeira dos Santos integrou a Comissão de Investigação da ONU que avaliou os motivos do conflito (EXÉRCITO BRASILEIRO).

Entre os anos de 1957 e 1967, o país enviou o efetivo de um batalhão ao Suez, entre o estado de Israel e o Egito no Oriente Médio, para compor as Forças de Emergência das Nações Unidas (UNEF I), primeira missão sob a égide da ONU que o Brasil realiza o envio de contingente. O então chamado Batalhão Suez, ficou dez anos em missão e no transcorrer deste tempo foi composto por 20 contingentes do Exército Brasileiro.

A atuação da UNEF I no Egito foi dividida em quatro fases: a primeira fase centrou-se na retirada das forças anglo-francesas da área de Port Said; a segunda diz respeito à retirada das forças israelenses da península do Sinai; a terceira centrou-se na retirada das forças israelenses da Faixa de Gaza e da região de Sharm-el-Sheikh (faixa na costa ocidental do Golfo de Aqaba que, atualmente, assegura a liberdade de navegação no Estreito de Tiran e no Golfo); e a quarta e última fase, que começou com a implantação de UNEF ao longo das fronteiras entre o Egito e Israel, abrangeu um período de mais de 10 anos, a partir de março 1957 até meados de 1967, quando a Força atuou como um tampão informal entre as forças egípcias e israelenses ao longo da Linha de Demarcação de Armistício, para observar e informar sobre todas as violações dessa Linha em terra, mar ou no ar, mantendo a paz nas áreas sensíveis (EXÉRCITO BRASILEIRO).



Figura 1- Visão parcial do contingente do Brasil, montado no convés principal do "Custodio de Mello".
Fonte: <https://www.unmultimedia.org/photo/detail.jsp?id=142/142666&key=358&query=Navi%20Pillay&f=>

A próxima fase de participação do país nas operações multilaterais ocorreu novamente no final da década de 1980 quando o Brasil contribuiu com a Primeira Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM I).

A UNAVEM I foi estabelecida em dezembro de 1988, para verificar a retirada total das tropas cubanas do território de Angola. O Brasil contribuiu com oito observadores militares para o primeiro mandato da Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola, de janeiro de 1989 a maio de 1991 (término do mandato). Além disso, durante todo o mandato da UNAVEM I, o General-de-Brigada Péricles Ferreira Gomes exerceu o comando do contingente de 70 observadores militares das Nações Unidas (EXÉRCITO BRASILEIRO).

Em continuidade à sua participação em Angola, o Brasil prosseguiu a sua contribuição para o segundo mandato da missão, que ocorreu no estabelecimento da UNAVEM II, em 1991, e mais tarde de 1995 a 1997 para a UNAVEM III. Na mesma década, o país também veio a colaborar na Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ) e na Missão Integrada das Nações Unidas no Timor Leste (UNMIT). Cabe ressaltar que, até o presente momento, estas missões se destacam, entre as diversas participações do país nas missões de paz da ONU, pelo grande efetivo de militares que foram enviados para essas operações, entre observadores militares e policiais, oficiais em função de Estado-Maior, oficiais de saúde, tropas e oficiais gerais no comando operacional.



Figura 2- Mantenedores da paz do batalhão brasileiro da Missão de Verificação das Nações Unidas III (UNAVEM III) no desfile de boas-vindas durante a visita do Secretário-Geral Kofi Annan.
 Fonte: <https://www.unmultimedia.org/photo/detail.jsp?id=160/160271&key=11&query=UNAVEM%20III&lang=&sf=>

Em prosseguimento, a última fase é a mais importante da história da participação do Brasil, até o momento, nas missões de paz da ONU. Pois se deve ao tamanho dos contingentes brasileiros e das funções estratégicas exercidas por nossos compatriotas em duas importantes missões, a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL) e, de maneira sem precedentes, a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH).



Figura 3- Alberto Asarta Cuevas (frente, direita), comandante geral da Força Interina da ONU no Líbano (UNIFIL), entrega o comando da Força-Tarefa Marítima da UNIFIL a Luiz Henrique Caroli, do Brasil (frente, esquerda) durante uma cerimônia formal no porto de Beirute, Líbano.
 Fonte: <https://www.unmultimedia.org/photo/detail.jsp?id=464/464869&key=103&query=UNIFIL&sf=>

2.2.2 A MINUSTAH

No ano de 2004, ocorreu uma crise política no Haiti que marcou a sociedade daquele País e provocou uma nova intervenção internacional.

O presidente da República do Haiti, Jean-Bertrand Aristide, um dos protagonistas da intervenção realizada ao longo da década de 1990, foi deposto em 29 de fevereiro de 2004 após a escalada do uso da violência por manifestantes contrários a seu governo. Com o intuito de solucionar a crise local e mediar a transição política, a comunidade internacional mobilizou-se para a articulação de mecanismos interventores no Haiti (SILVA; PAULA, 2017, p.1).

Com isso, utilizando-se da adoção da resolução 1529 sob o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, o Conselho de Segurança da ONU autorizou o envio de uma Força Interina Multinacional (MIF), composta por militares do Chile, Canadá, Estados Unidos e França, para preparar as condições necessárias para posteriormente ser mobilizado uma missão de paz.

A realidade caótica enfrentada pelas tropas brasileiras ao chegarem na área de missão correspondeu a momentos finais de uma política distorcida ao longo de vários anos, em que o Estado Haitiano pareceu ter-se extinguido, cedendo espaço a uma situação extremamente fragilizada, repleta de pessoas miseráveis e de instituições falidas. O país tornou-se palco de contravenções criminosas e delitos transnacionais que contaminaram a ordem, arruinaram a credibilidade nacional, estagnaram o progresso e inverteram profundamente os valores do povo (VIEIRA NETO, 2017, p.16).

A Resolução 1542 do CSNU, de 30 de abril de 2004, de forma sintética, instituiu a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) e determinava o emprego de tropas sob a égide do Capítulo VII da Carta da ONU, uma novidade para o Brasil (VIEIRA NETO, 2017, p. 18).

...estabelecendo as seguintes tarefas prioritárias (mandato): manutenção de um ambiente seguro e estável; apoio ao processo político; e respeito aos direitos humanos. As demais resoluções que se seguiram mantiveram, essencialmente, as mesmas prioridades, mas com maior detalhamento descritivo no corpo do documento, e incorporando, a frente, recomendações voltadas para a edificação do país, dentro do conceito de reconstrução e busca da resolução das causas do conflito (*peacebuilding*), embora de forma modesta (VIEIRA NETO, 2017, p. 18).



Figura 4- Visão ampla do Conselho de Segurança, votando por unanimidade a resolução 1542 (2004), que estabelece a MINUSTAH.

Fonte: <https://www.unmultimedia.org/photo/detail.jsp?id=312/31225&key=0&query=resolu%C3%A7%C3%A3o%201542&lang=&sf=>

O sucesso da participação brasileira em missões passadas e em curso, assumindo desafios seja com o uso de tropas ou com missões individuais, levou o país a ter uma confiança internacional sob os olhos da ONU. Este fato fez com que o Brasil fosse solicitado para liderar o componente militar e enviar tropas para compor o contingente da missão em 2004, quando a MINUSTAH foi estabelecida.

Ao final da ensolarada manhã do dia 22 de maio de 2004, chegava a Porto Príncipe o primeiro grupo de nove oficiais brasileiros (da Marinha e do Exército) que integrariam o Estado-Maior da Força Militar da missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH). Desse grupo, três oficiais passaram imediatamente a compor, junto com militares de outros países (como França, EUA, Chile, Canadá e Uruguai) um Estado-Maior interino, ativado naquele mesmo dia, com o propósito de acompanhar a chegada dos contingentes e, principalmente, facilitar e acelerar a transição com a Força Interina Multinacional (MIF), que se encontrava desdobrada, desde a crise que resultou na queda do Presidente Aristide. Naquele momento, portanto, antes mesmo da entrada em vigor do mandato da Organização das Nações Unidas, materializava-se o início da efetiva e direta participação das Forças Armadas brasileiras na MINUSTAH, que perduraria por mais de 13 anos ininterruptos, até o término da missão em outubro de 2017 (BRAGA, 2017, p. 36).

Segundo Fontoura (2017), no ano de 2004 o Brasil passava por um momento de reinvestimento nas Nações Unidas e reconfiguração de suas estratégias na organização. No campo da política mundial, multilateral e no Conselho de Segurança, a MINUSTAH consolidou e trouxe novas lições para o Brasil, sendo fundamental no processo evolutivo da participação brasileira em missões de paz.

2.2.3 A Composição das tropas brasileiras na MINUSTAH

Assim que aprovado o mandato da missão no Haiti e com um curto prazo para o envio das tropas para o referido país, ocorreu um rápido planejamento e preparativos para a consolidação de efetivo e o desencadeamento das providências para o envio do contingente brasileiro.

Como resultado, o Brasil constituiu e deslocou para o Haiti uma Brigada, a 1.200 militares, composta basicamente pelo seu Estado-Maior, por um Batalhão, uma Base Administrativa do Exército e um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav). Deste modo, a Brigada, comandada por um General-de-Brigada, desdobrou-se em Porto Príncipe, ficando durante considerável período de tempo como a única responsável pela capital do país, além de ter sido acionada para atuar em outros pontos do território haitiano. Posteriormente, contingentes de outros países foram desdobrados para reforçar a segurança em Porto-Príncipe (Jordânia e Sri Lanka), dividindo com o Brasil aquele setor (BRAGA, 2017, p. 37).

Cabe ressaltar, que o Brasil transportou todo o pessoal e material de seu primeiro contingente da missão, exclusivamente com os meios de transporte orgânicos de suas Forças Armadas, principalmente com a utilização de navios da Marinha e aviões da Força Aérea. Com isso, já nos primeiros momentos, demonstrando ao mundo sua organização, profissionalismo e capacidade de projeção de poder.

A partir do 3º contingente, o Comando da Brigada e seu Estado-Maior foram desativados e o Contingente Brasileiro (CONTBRAS) como era chamado, foi composto pelo Batalhão Brasileiro de Infantaria de Força de Paz (BRABATT - sigla em inglês), incluindo o Grupamento de Fuzileiros Navais, e por uma Companhia Brasileira de Engenharia de Força de Paz (BRAENGCOY – sigla em inglês). Foi nesse período que as tropas começaram a enfrentar as gangues locais, iniciando pela área de Bel Air.



Figura 5- Mantenedores da paz brasileiros da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH) em patrulha perto do Palácio Nacional, após o início de protestos contra o aumento dos preços dos alimentos.

Fonte: <https://www.unmultimedia.org/photo/detail.jsp?id=173/173401&key=386&query=Logan%20Abassi&lang=&sf=>

A Companhia Brasileira de Engenharia de Força de Paz foi composta inicialmente por 150 militares e a partir do ano de 2008, para o 8º Contingente, seu efetivo passou para 250 militares.

Segundo Mendonça (2017), o período de 2005 a 2007, quando a MINUSTAH decidiu pacificar Porto Príncipe e confrontar os grupos armados, vivenciou conflitos intensos e constantes com as gangues no Haiti. A cada dia, a missão ganhava espaço e conquistava áreas e regiões. Tal postura foi um risco calculado que, caso não desse certo, poderia ameaçar profundamente o sucesso da almejada estabilização do país e da própria missão.

Do início da missão até o começo do ano de 2010, o CONTBRAS se manteve aproximadamente com os mesmos efetivos, porém com o terremoto que ocorreu no dia 12 de janeiro do mesmo ano, que danificou severamente diversas estruturas, levando a óbito cerca de 220 mil haitianos e diversos funcionários da ONU, incluindo 21 militares brasileiros, e deixando milhares de desabrigados, abalou ainda mais a frágil economia do país, o que levou o Conselho de Segurança da ONU a aumentar o efetivo da MINUSTAH.

O CSNU, por meio da resolução 1908, de 19 de janeiro de 2010, endossou a recomendação do Secretário-Geral das Nações Unidas e aumentou o efetivo militar da MINUSTAH, a fim de apoiar a imediata reconstrução do país e garantir a sua segurança. O efetivo do CONTBRAS, que permaneceu inalterado até o 11º Contingente, passou então a ser composto, a partir do 12º, por dois Batalhões de Infantaria de Força de Paz [1040 militares no primeiro (796 do Exército, 234 Fuzileiros Navais e 10 oficiais da marinha) e 809 no

segundo batalhão], além de uma Companhia de Engenharia (com 250 homens desde o 8º contingente), perfazendo um total de 2099 militares (BRAGA, 2017, p. 61).



Figura 6- Monumento dedicado aos militares mortos em terremoto que assolou o Haiti em 2010. Com as inscrições "Aqui vieram/ Aqui deixaram suas vidas/ Aqui vivem seus ideais"

Fonte: <https://www.defesa.gov.br/noticias/18574-no-haiti-militares-do-md-e-das-forcas-conhecem-hospital-e-visitam-qg-militar-da-onu>

Com a continuidade dos trabalhos de estabilização do país e somando-se a isso a de reconstrução após o terrível terremoto, no ano de 2011, o CSNU resolveu reduzir os efetivos da missão, voltando ao que estava no final do ano de 2009, com o BRABATT a 1200 militares e a BRAENGCOY com 250 militares. No ano de 2015, para o 22º Contingente, ocorreu nova redução do efetivo, e o BRABATT passou a ter 850 militares, com efetivos das três Forças Armadas, e a BRAENGCOY 120 militares.

Também é de suma importância destacar que a participação dos militares brasileiros na missão foi fundamental para a disseminação, no Brasil, da Resolução 1325 do CSNU, que trata da promoção da participação de mulheres em ações relacionadas à paz e à segurança internacional.

Visto que o Brasil não possui ainda, mulheres que atue na linha de frente no Exército, buscou-se promover a perspectiva de gênero de maneira transversal nas ações levadas a cabo pelo batalhão. Apesar de depender da personalidade/iniciativa de cada comandante, houve um esforço, particularmente nas duas últimas fases, de favorecer o contato entre a população local e as poucas militares brasileiras – particularmente médicas, tradutoras, dentistas e enfermeiras (GIANNINI; COSTA, 2017, p. 76).

Após treze anos de missão no país caribenho, encerrou-se em outubro de 2017 a MINUSTAH, cujo componente militar foi liderado pelo Brasil desde o seu princípio. Os números da participação brasileira impressionam. Foram 11 *Force Commanders*, 26 contingentes, 33 Batalhões de Infantaria, 24 Companhias de Engenharia e, ao todo,

mais de 35.000 (trinta e cinco mil) militares do Exército Brasileiro. Perdeu-se 24 militares e 2 civis na missão. O Brasil não teve nenhum militar morto em combate (MENDONÇA, 2017, p. 64).



Figura 7- Embarque das últimas tropas brasileiras, que comporão o 26º Contingente Brasileiro na MINUSTAH.

Fonte: <https://www.defesa.gov.br/noticias/31141-forcas-armadas-enviam-ultimas-tropas-ao-haiti>

2.2.4 A atuação do Exército Brasileiro na MINUSTAH

Como já mencionado anteriormente, no ano de 2004, quando pisaram em solo haitiano as primeiras tropas brasileiras, a missão determinada pelo mandato foi de principalmente a manutenção de um ambiente seguro e estável, apoio ao processo político e respeito aos direitos humanos.

A ONU, que no início parecia representar parte da solução dos problemas nacionais, oscilava entre a apatia e o descrédito popular, face ao déficit decorrente de cinco desdobramentos anteriores de missões no país, sem resultados concretos que indicassem uma continuidade da vida nacional de forma autossustentável, estável e segura, merecedora da credibilidade internacional aos projetos de edificação social, econômica e política (VIEIRA NETO, 2017, p. 18).

Superando as dificuldades encontradas, os primeiros contingentes brasileiros alcançaram resultados que contribuíram para o processo de pacificação que seria concluído anos à frente, pela ocupação de locais como Cité Soleil, Bel Air e Cité Militaire, importantes locais de homizio de gangues criminais e paramilitares dentro da capital Porto Príncipe. Tudo isso, foram obstáculos que levaram a oportunidades para experimentações doutrinárias operacionais e logísticas que posteriormente foram aprovadas e se consolidaram em contingentes futuros. Dentre elas, podem ser

destacadas: adaptações no material militar; emprego de forças especiais; e aprimoramento do processo de ressuprimento da tropa.

Somando-se a isso, todo o trabalho realizado pelos militares no decorrer dos desdobramentos, demonstrado na dedicação de pacificação e reedificação do Haiti, levou a grande credibilidade e o respeito assegurados aos brasileiros, pela população haitiana, a própria Organização das Nações Unidas, e também da comunidade Internacional.

Durante toda a sua longa duração, a missão passou por diversas fases, com características bastante distintas, alternando períodos nos quais foi necessário o intenso uso da força, com períodos nos quais atuou com prioridade para a ajuda humanitária, especialmente após os grandes desastres naturais, como o terremoto de 2010 e os frequentes furacões e tempestades que atingiram o país (BRAGA, 2017, p. 36).

Com base no mandato, ao longo do primeiro ano, era bastante extensa a lista das principais tarefas atribuídas à Força militar da MINUSTAH integrada pelo contingente brasileiro:

- Prover segurança nas principais cidades e suas cercanias;
- Proteger instalações vitais;
- Prover segurança ao longo das principais rodovias;
- Impedir o engajamento de grupos armados em atos violentos;
- Proteger o acesso à infraestrutura humanitária;
- Apoiar a Polícia Nacional do Haiti (PNH) e a Polícia da ONU (UNPOL) no controle de distúrbios civis e de violência organizada;
- Realizar ações de desarmamento em coordenação com a UNPOL e com a PNH;
- Monitorar os principais pontos de passagem na fronteira;
- Prover proteção às instalações humanitárias do governo e da ONU;
- Garantir a segurança e a liberdade de movimento do pessoal da ONU e seus afiliados;
- Proteger, na máxima extensão possível, civis sob iminente ameaça de violência; e
- Monitorar o ambiente de segurança e da garantia da lei e da ordem, atuando preventivamente para prevenir e impedir a escalada de ameaças à segurança (BRAGA, 2017, p. 38).

A gama de tarefas a serem cumpridas, e o desconhecimento para a maior parte dos militares, no começo da missão, da estrutura e peculiaridades do Sistema ONU, trouxeram vários desafios para as tropas. Inicialmente, ficou clara a necessidade de operar em um ambiente multinacional e interagências, pois além das tropas brasileiras no terreno, haviam tropas de diferentes países subordinadas à ONU em atuação conjunta, em proveito do cumprimento do mandato.

Outro desafio encontrado foi referente ao aspecto logístico, que durante a missão era coordenada por civis. O poder decisório nos assuntos logísticos acabava ficando efetivamente nas mãos dos especialistas da ONU, que possuíam prioridades

nitidamente diferentes das prioridades da Força Militar e cuja principal preocupação, quando se tratava de assuntos militares, parecia sempre ser reduzir despesas. Os conflitos entre o comando da força e a administração foram constantes durante o primeiro ano da missão (BRAGA, 2017, p. 40).

Junto às dificuldades logísticas, outros fatores também trouxeram desafios para a atuação dos brasileiros, como por exemplo deficiências no apoio aéreo; a falta de um serviço de inteligência, que deixava a tropa vulnerável diante de informes sem veracidade; a atuação conjunta com a Polícia Nacional Haitiana, que era considerada corrupta e detestada pela maior parte da população; a presença de grupos armados que se escondiam em comunidades densamente habitadas ou de difícil acesso; e também futuramente das catástrofes naturais existentes na região.

Frente a todas essas divergências, a questão do uso da força representou um desafio de mais alta relevância e complexidade. Como mencionado anteriormente, antes da MINUSTAH, o Brasil não possuía experiência de uso da força em missões de paz, característica marcante de missões de Capítulo VII. No Haiti, entretanto, a presença de grupos armados e, principalmente, a necessidade de confrontá-los para cumprimento do mandato, demandou do contingente brasileiro a necessidade de uma rápida mudança de postura. Assim, após um breve período inicial de adaptação, o contingente, especialmente ao longo dos três primeiros anos, necessitou recorrer ao uso da força, para assegurar o cumprimento do mandato e a própria credibilidade da missão (BRAGA, 2017, p. 42).

Em operações, a combinação de tropas a pé, com elementos posicionados em locais dominantes, e o poder de choque dos blindados conferiu uma segurança muito grande à tropa. As operações cirúrgicas de cerco e vasculhamento, permitiram a captura de pessoal e material, levando a redução do poder de combate do oponente. E a ocupação de pontos fortes (PF) pelos pelotões de fuzileiros, em locais críticos, caracterizou a presença permanente na zona de ação, permitindo o controle do terreno e criando vínculos com a população.

Segundo MIRANDA (2017), para o comando e controle das operações, foi criado um eficiente sistema tático de comunicações. Foram instaladas 3 repetidoras na zona de ação do batalhão e um número muito grande de rádios portáteis e veiculares permitiram a ligação dos diversos escalões durante as 24 horas do dia.

Cabe ressaltar, com a sua devida importância, a atuação da engenharia no apoio ao combate, fortificando posições, desobstruindo vias, fechando fossos e removendo

carcaças e barricadas e em algumas situações interditando ruas com obstáculos. Nas ações cívico-sociais (ACISO), auxiliando na remoção de entulhos e lixos, conquistando assim o apoio da população. E no apoio logístico, a realização de diversas obras e instalações, o melhoramento de vias, a operação de lavanderia e o auxílio na purificação de água e carregamento e descarregamento de aviões e contêineres.

Considerando o terreno, a localização e as atividades das forças adversas, o Batalhão Haiti dividiu seu setor pelas subunidades, constituindo, dessa forma, subsetores. Esses subsetores foram modificados à medida que a situação evoluía. Em cada subsetor, foi estabelecida uma base de combate, onde a subunidade foi desdobrada e operava, lançando os pelotões em bases de patrulhas (pontos fortes) ou enviando patrulhas diretamente para os objetivos. A autoridade foi transferida aos escalões mais baixos, particularmente aos comandantes de subsetores e dos pontos fortes, o que agilizou sobremaneira as decisões no terreno, conferindo mais efetividade ao emprego da tropa (MIRANDA, 2017, p. 53).

Como consequência dessa atuação, houve a criação de um ambiente seguro e estável, fazendo com que fosse atraída a presença de agências civis para a região, organizações governamentais e não-governamentais (ONG) e até mesmo de iniciativa privada, ocorrendo os primeiros sinais de desenvolvimento nos bairros que outrora eram dominados pelas forças adversas.

A pacificação da grande Porto Príncipe pode ser metodizada em cinco fases distintas, às vezes sobrepostas:

- 1ª Fase (2005): pacificação de Bel Air (3º CONTBRAS);
- 2ª Fase (2006): pacificação de Cité militaire (5º CONTBRAS);
- 3ª Fase (de 2007 a 2014): pacificação de Cité Soleil (6º ao 22º CONTBRAS);
- 4ª Fase (de 2007 a 2010): manutenção da estabilidade e segurança na área do CONTBRAS e sufocação de gangues na área de responsabilidade do BRABATT.
- 5ª Fase (de 2010 a 2014): reconstrução do ambiente de segurança deteriorado pelo terremoto (2010), com foco em Cité Soleil (MENDONÇA, 2017, p.60).

Assim que criadas as condições de segurança, foi incentivado pelo comando do BRABATT o contato das companhias com as lideranças civis locais, em todos os níveis, rompendo as últimas barreiras existentes entre a população e a tropa. Passaram então a ocorrer com mais frequência as ações de cooperação civil-militar (CIMIC) com diversas reuniões de comunidade e atividades esportivas e culturais, que serviram para aproximar ainda mais a tropa do povo.

As atividades de CIMIC são essenciais, pois fortalecem o relacionamento entre forças militares, autoridades civis e a população nativa da área sob a responsabilidade de uma autoridade militar, a fim de contribuir para o cumprimento da missão de um contingente militar e garantir um ambiente seguro e estável (BRASIL, 2014b, p 7-23).

No decorrer dos anos de missão, pode-se destacar como principais atividades desenvolvidas pelas tropas as seguintes:

- Pontos de bloqueio, pontes fortes e pontos de controle;

- Segurança de grande eventos;
- Patrulhas diurnas e noturnas, a pé, motorizadas e mecanizadas;
- Proteção aproximada de autoridades;
- Escolta e segurança de comboios de ajuda humanitária;
- Controle, acompanhamento e proteção de manifestações populares;
- Segurança de instalações consideradas sensíveis pelo governo do Haiti;
- Operações conjuntas com a PNH e com a UNPOL;
- Ajuda humanitária;
- Negociação para evitar conflitos;
- Ações humanitárias em emergências;
- Operações militares de grande envergadura, em terreno urbano, contra gangues armadas que atuavam em bairros populares.

Segundo MENDONÇA (2017), além da pacificação de áreas do Haiti, a missão vinha cumprindo bem os outros objetivos do mandato. Desde 2006, ocorria a garantia da realização de eleições livres e seguras, com ampla participação popular. E já havia a liberação de pleno trânsito em todo o Haiti.



Figura 8- As forças de paz brasileiras da ONU na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH) vigiam a entrada de um centro de votação, enquanto os haitianos fazem fila para entrar na instalação para votar.

Fonte: <https://www.unmultimedia.org/photo/detail.jsp?id=467/467448&key=3&query=Logan%20Abassi%20UN%20/%20MINUSTAH&lang=&sf=>

Para VIEIRA NETO (2017), o Haiti, até o dia 12 de janeiro de 2010, era um país que registrava o exemplo mais bem sucedido de uma operação de estabilização da

ONU. Na realidade, o país estava pronto para seguir adiante, de forma autossustentável.

No entanto, essa situação sofreu um revés naquele dia 12, quando um terremoto assolou o país, se tornando, segundo especialistas, a maior tragédia da história do Haiti. Esse fato levou o país a uma situação ainda mais deteriorada do que a encontrada pelas tropas brasileiras em 2004. Como consequência, o evento gerou uma gravíssima crise.

O componente militar foi empregado desde os primeiros momentos pós-terremoto e as tropas brasileiras, por serem majoritárias na capital, epicentro do terremoto, passaram a se engajar de imediato em providências fundamentais, como socorro às vítimas nas ruas, retirada de corpos de escombros e limpeza das vias de circulação de Porto Príncipe. O contingente brasileiro ainda não havia contabilizado suas perdas e já estava completamente envolvido no esforço para amenização da crise, inclusive com a adaptação da base do Batalhão Brasileiro (BRABATT, na sigla em inglês) para receber feridos em estado crítico. É importante lembrar que significativa parcela da liderança e operadores da MINUSTAH e do Governo Haitiano pereceram no terremoto. A iniciativa dos comandantes, em todos os níveis, e a vocação multifuncional do soldado brasileiro possibilitaram atendimento a situações das mais diversas, muitas delas fora do contexto original da preparação prévia para a missão. O importante, no caso, era a iniciativa das ações e a rapidez na prestação da ajuda, pois isso poderia salvar vidas em estado crítico, de imediato, o que de fato ocorreu (VIEIRA NETO, 2017, p. 21).

Naquele exato momento a contribuição dos militares brasileiros foi mais do que fundamental, principalmente das tropas de engenharia que tinham providências imediatas como a retirada de escombros e corpos das ruas, e simultaneamente o preparo de locais para sepultamento coletivo, que era uma questão de saúde pública em caráter de urgência.

É importante destacar que, mesmo com a prioridade dedicada ao atendimento das consequências do terremoto, a missão essencial de provimento de segurança devia ser mantida, em razão do que estipulava o mandato da ONU. Essa frente teve que ser continuamente atendida, devido à fuga em massa de presidiários que poderiam se reorganizar e voltar ao cometimento de delitos, como se esperava. As tropas extraordinárias que chegaram ao Haiti puderam se voltar à ajuda humanitária e, então, as que já estavam desdobradas, com maior conhecimento do espaço operacional, continuaram atendendo a segurança, embora voltadas também à ajuda emergencial (VIEIRA NETO, 2017, p. 22).

No decorrer da etapa de 2010, pós-terremoto, ao ano de 2017, as tropas voltaram suas ações para a manutenção do ambiente seguro para a realização de novas eleições. Para que isso ocorresse, desenvolveu-se a continuidade de atividades

de apoio à população, ações para a manutenção da pacificação em Cité Soleil e o acompanhamento das diversas manifestações de natureza política.

Em 2011, ocorreram novas eleições presidenciais e a missão evoluiu a fim de completar o seu mandato original, para assegurar um ambiente estável, promover o processo político dentro da normalidade, fortalecer as instituições governamentais do Haiti e sua estrutura de leis e regulamentos, além de implementar regras para a proteção dos direitos humanos (MENDONÇA, 2017, p. 61).

Devido ao sucesso que a atuação das tropas brasileiras vinham atingindo com a construção de um ambiente de paz e ordem, junto a necessidade da ONU de redução de gastos com operações de paz, como já mencionado no trabalho exposto, no ano de 2015 ocorreu uma diminuição do efetivo do batalhão.

Politicamente, o país segue seu rumo, ainda necessitando de alguma tutela. Como ocorre em outras ex-colônias europeias da América, o componente político não evolui no mesmo ritmo que o econômico e social. No entanto, já é possível a realização de eleições livres sem a ingerência de grupos armados. Essas melhorias socioeconômicas, a possibilidade de eleições livres e a livre circulação por Porto Príncipe só são possíveis graças à ação da MINUSTAH, que pôde garantir um ambiente seguro e estável em todo o país (MENDONÇA, 2017, p. 64).

No ano de 2017, o Departamento de Operações de Manutenção da Paz da ONU (DPKO – sigla em inglês) anunciou que algumas missões seriam encerradas, e que outras seriam reduzidas. A MINUSTAH, cujo fim o DPKO já cogitara em ocasiões anteriores, ficou no primeiro grupo, com o prazo para a retirada das últimas tropas previsto para setembro de 2017. Após uma fase de transição, uma missão predominantemente policial, a missão das Nações Unidas para Apoio à Justiça no Haiti (MINUJUSTH), teria início em outubro do mesmo ano (ABDENUR; KUELE; FOLLY; MACEDO, 2017, p. 102).

Segundo VIEIRA NETO (2017), para as Forças Armadas, em especial o Exército Brasileiro, essa foi uma experiência memorável, que estendeu a oportunidade para tropas de todo o País em um cenário de relativo risco, em ambiente altamente volátil, operando em um contexto internacional, nivelando, pois, a vivência em âmbito nacional.

2.2.5 A projeção militar do Brasil

Com todo o conhecimento adquirido em diversas participações em missões sob a égide da ONU e, somando-se a isso, o sucesso alcançado nos treze anos de presença brasileira no Haiti, essa que foi a mais longa participação com tropa no exterior, a expressão militar do poder nacional, principalmente o Exército Brasileiro, logrou uma grande bagagem de experiências em missão multidimensional de

manutenção da paz, ocasionando uma projeção militar nacional e principalmente para o exterior.

Um dos frutos desse legado obtido foi a criação do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), Centro Sergio Vieira de Mello, que tornou-se referência internacional na execução de seus estágios de preparação para missões de paz e desminagem humanitária, contando com a cooperação de militares de nações amigas em função de instrutores, sendo um instrumento de difusão desse conhecimento.

A própria relevância do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) se fortaleceu sobremaneira pela adesão do Brasil à MINUSTAH, passando a ser um centro de treinamento com reconhecimento internacional e certificação de cursos pela ONU, pelo excelente trabalho prestado no preparo de indivíduos e tropas oferecidas às Nações Unidas. Tal assertiva se comprova, na prática, por sua qualificação como órgão de inspeção da Organização na acreditação de forças de paz, realização de eventos internacionais e inúmeras parcerias firmadas com centros congêneres ao redor do mundo (VIEIRA NETO, 2017, p. 20).

Outro fator preponderante que foi estabelecido pelo CCOPAB, por meio de sua cadeia de comando, foram acordos com diversas instituições que atualmente formam a Rede Brasileira de Pesquisa sobre Operações de Paz (REBRAPAZ). A sua finalidade é estimular a pesquisa sobre o tema, ofertando-o como linha de pesquisa nas universidades, e facilitar a aproximação da academia e de organizações civis nacionais com o meio militar. (TEIXEIRA, 2017, p. 33).

Com o desenvolvimento de diversas atividades de pesquisa em conjunto entre instituições civis e militares, além do fortalecimento do intercâmbio e da maior integração entre políticas externas e de defesa, pode-se afirmar que a participação na MINUSTAH também gerou uma projeção militar nacional, aumentando as interações entre civis e militares no Brasil.

No âmbito regional, ocorreu um estreitamento dos laços entre os centros de treinamento de operações de paz. A Associação Latino-Americana dos Centros de Operações de Paz (ALCOPAZ), criada no ano de 2008, reúne os centros de treinamento de nove países latino americanos com o objetivo comum de elevar o entendimento regional e o nível de treinamento de civis e militares sobre as doutrinas estratégicas, operacionais e táticas promovidas pelos órgãos responsáveis das Nações Unidas para as operações de paz. A MINUSTAH é considerada como a principal fonte empírica para o desenvolvimento das doutrinas militares, assim como experiência fundamental na identidade regional para engajamento em missões de paz multidimensionais. (ABDENUR; KUELE; FOLLY; MACEDO, 2017, p. 108)

Com isso, nota-se que a demonstração da capacidade do Brasil em contribuir em missões de manutenção da paz, para a estabilidade e democracia no espaço internacional, por meio da construção de uma reputação cooperativa na execução de suas operações militares nesse tipo de missão, também faz com que seja ampliado a sua área de influência enquanto potência regional.

O sucesso alcançado pelas Forças Armadas devido a sua atuação na MINUSTAH foi claramente reconhecido pela ONU e pela própria comunidade internacional. Como consequência deste prestígio e respeito conquistados pelo país no cenário internacional, no ano de 2013, aquela organização decidiu designar um General brasileiro para assumir o comando da Força Militar da Missão das Nações Unidas para Estabilização da República Democrática do Congo (MONUSCO), o então Gen Div Carlos Alberto dos Santos Cruz. Já no ano de 2017, um Contra-Almirante brasileiro foi designado para assumir o comando da Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL), o Contra-Almirante Luiz Henrique Caroli, comando que até então vinha sendo exercido exclusivamente por países integrantes da OTAN.

Com o terremoto que ocorreu no ano de 2010 um aspecto de grande importância foi a disposição do Brasil de enviar reforços de tropa ao Haiti, para aumentar a capacidade de provimento de ajuda humanitária. O Brasil se antecipou no oferecimento de tropas à ONU, desdobrando um segundo batalhão completamente autossustentável (BRABATT 2), fazendo com que a capacidade do componente militar da MINUSTAH fosse ampliada, uma vez que os outros reforços não chegaram em prazo desejável.

Esse desdobramento de tropas em um curto espaço de tempo causou uma impressão de altíssimo impacto na ONU e junto à comunidade internacional, pois o Brasil e seu componente militar demonstraram disposição, organização e potencial de resposta imediata, deixando claro a sua capacidade expedicionária militar conjunta. Notou-se um inquestionável espírito de solidariedade que concedeu ao Brasil um enorme reconhecimento, credibilidade e respeito no contexto internacional.

Na mesma oportunidade, tropas dos Estados Unidos da América e do Canadá foram desdobradas para auxiliarem exclusivamente na ajuda humanitária, trabalhando de maneira coordenada com tropas brasileiras, deixando a segurança por conta das tropas da MINUSTAH.

Segundo VIEIRA NETO (2017), as tropas brasileiras tiveram oportunidade ímpar de ombrear com outras de elevada qualificação profissional, demonstrando o elevado nível de preparo, comprometimento e desprendimento que, entre outros atributos,

qualificaram o soldado brasileiro e que os tornaram respeitados, dentro e fora do País. Isso é uma constatação assinalada por muitas autoridades civis e militares que testemunharam o trabalho dos brasileiros no Haiti.

O Brasil ficou consolidado como um parceiro internacional de grande credibilidade, um ator chave nas ações de pacificação que a ONU tem à disposição, capaz de promover os direitos humanos e garantir a solução de problemas em áreas de instabilidade, e a expressão maior dessa condição se fez por intermédio do atestado de profissionalismo de suas Forças Armadas. Segundo GOMES et. al. (2017) o lema braço forte e a mão amiga, além de ser doutrina do Exército dentro do território brasileiro, apresenta as condições necessárias para promover nossa identidade no âmbito externo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após ter sido realizada a pesquisa bibliográfica, verificando as principais ideias e percepções existentes nas fontes de consulta acerca do assunto, e um questionário destinado a militares, Oficiais e Sargentos das Forças Armadas que participaram da MINUSTAH, foi possível constatar como resultado a evolução da participação do Brasil nas operações de paz no decorrer dos anos e um considerável aumento no prestígio e na projeção militar do Brasil perante a comunidade internacional.

Conforme os dados e fatos nas literaturas consultadas, esta evolução não é somente caracterizada pelo quantitativo de missões e militares envolvidos, mas também pela ascensão das funções exercidas, pela eficiência operacional, o amadurecimento profissional, a referência internacional no preparo de tropas para esse tipo de missão e na reconhecida credibilidade perante o sistema ONU.

Ao longo das décadas o Brasil participou de 47 missões da Organização das Nações Unidas, sendo 43 operações de manutenção da paz, e destinou ao terreno aproximadamente 50 mil militares, sendo que mais de dois terços desse efetivo na atuação na MINUSTAH.

Segundo HAMANN (2016), este aspecto teve início na década de 1940, ganhou força novamente nos anos de 1990 e teve projeção ainda maior a partir dos anos 2000. A participação do Brasil não só se tornou mais diversificada, como também ganhou maior complexidade logística e operacional.

Atualmente, com o término da MINUSTAH, o engajamento brasileiro perdeu certa notoriedade em relação ao ranking de países contribuintes de tropas para missões

de paz ativas no mundo, porém o país ainda é considerado pela ONU como um grande dirigente nas questões de manutenção da paz, exemplificado nos dias de hoje com a participação e comando da UNIFIL.

Foi possível identificar que a intensidade do comprometimento brasileiro para com a ONU cresceu no decorrer dos anos, mas sempre de acordo com os seus interesses específicos, pautados no envio de tropas para missões em países prioritários para a sua política externa e na preocupação acerca do uso da força. Essas contribuições foram observadas, tanto militarmente na disponibilização de tropas, observadores militares, armamentos bélicos e policiais, quanto diplomaticamente, nas participações ativas em fóruns do Comitê Especial sobre Operações de Paz.

Como parte do seu comprometimento para com a promoção da paz no plano mundial, ligado ao objetivo de idealizar sua projeção internacional tornando-se mais ativo e influente internacionalmente, a participação e liderança na MINUSTAH esteve ligada à crescente agenda militar brasileira e nas relações civis-militares.

Segundo os militares que participaram da missão, essa atuação trouxe diversos aspectos positivos às tropas brasileiras, proporcionando maior adestramento, o aprimoramento de sua doutrina militar nesse tipo de missão, a troca de experiências com tropas de outros países, além da aplicação e o aperfeiçoamento das tecnologias das Forças Armadas, bem como a ascendência do Brasil nos principais debates sobre segurança internacional e consolidação da paz.

Outro ponto positivo levantado foi o aumento das interações, dentro do Brasil, do público civil com os militares, por meio do fortalecimento de intercâmbios e da integração na condução e execução de pesquisas entre instituições civis e militares.

Cabe ressaltar que a dimensão operacional na referida missão, teve como principal diferencial para o sucesso o equilíbrio das iniciativas de segurança, que foram exemplificadas nos patrulhamentos intensivos e na pacificação de áreas urbanas de alta complexidade, com os projetos de desenvolvimento de cunho humanitário e de defesa dos direitos humanos, com ênfase na sua atuação pós-terremoto ocorrido no ano de 2010.

Inseridas no mesmo contexto e de suma importância, corroborado pelos militares que participaram da missão, foi a execução das ações de cooperação civil-militar (CIMIC), essenciais nas operações de manutenção da paz, para se ganhar o apoio da população local e garantir um ambiente seguro e estável. Segundo TORREZAM (2017) o adestramento do EB em operações CIMIC nas OMP capacitou o militar brasileiro a

atuar nesse tipo de operação em qualquer outro tipo de conflito em que venha a tomar parte, além de servir de referência para a relação e parceria do Exército com organizações civis no Brasil.

Com dados apresentados no presente trabalho, ficou evidenciado que, mesmo da existência de diversos desafios enfrentados nos 13 anos de execução da MINUSTAH, e do impacto financeiro que esse tipo de missão pode trazer para o país que deseja ter a permanência de tropas no exterior, é indiscutível que um instrumento de política externa de qualquer país para defender os seus interesses é a sua capacidade de projetar sua expressão militar do poder nacional, para posicionar-se no cenário internacional.

Nesse sentido, a atuação das Forças Armadas na MINUSTAH, que em todos esses anos de missão ocorreu de forma sublime, colaborou para a manutenção de altos índices de capacidade operativa de seus militares, fazendo com que o objetivo da defesa nacional brasileira, que é a capacidade de empregar a estratégia da dissuasão, fosse mantida, e por conseguinte, cumprindo sua missão de defender a pátria, garantindo a soberania nacional.

Segundo MERGULHÃO (2018) o Brasil, por intermédio da política externa, decidiu de forma estratégica ser o maior contribuinte de tropas na MINUSTAH, o que garantiu que a liderança do contingente militar ficasse a cargo de Oficiais Gerais brasileiros. Assim, desde a implantação da missão, o Brasil permaneceu numa posição de destaque e, ao mesmo tempo, ampliou sua responsabilidade no contexto mundial, demonstrando engajamento em questões internacionais, principalmente sobre segurança.

Pode-se dizer que alguns objetivos foram atingidos pela participação do Brasil na MINUSTAH, com atenção à Política Externa Brasileira, como a inserção do País no mecanismo de segurança coletiva da ONU; o reforço da ideia de multilateralismo e a inserção dos interesses brasileiros entre aqueles que orientam as decisões (membros do CSNU) e o fortalecimento da capacidade de dissuasão, ao proporcionar maior experiência internacional para as Forças Armadas.

Com isso, constatou-se que perante à ONU e a sociedade internacional, foi demonstrado a excelência do militar brasileiro, aumentando, de forma imponderável, a sua credibilidade, respeito e confiança, ampliando a imagem do Brasil e intensificando a sua projeção no cenário político e militar mundial.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi verificado durante o referido trabalho que a participação do Brasil em Operações de Paz no decorrer dos anos, de forma exitosa, levou ao aumento da visibilidade de suas Forças Armadas, principalmente do EB, perante a comunidade internacional.

Devido ao seu alto desempenho nas missões, que reforçou positivamente a imagem do País no exterior e junto às Nações Unidas, no ano de 2004 o Brasil foi convidado pela ONU para liderar a missão no Haiti, e ao assumir a responsabilidade pelo comando militar da MINUSTAH, o país projetou o profissionalismo de suas Forças Armadas, que demonstraram a sua capacidade operativa. Com isso, o país demonstrou para a comunidade internacional a sua capacidade política e militar de liderar esforços pela paz mundial, principalmente no seu entorno regional.

Verificou-se ainda que a participação do EB nos 13 anos de missão foi uma fonte imensa de aprendizado para o Brasil. Foram desdobrados um total de 26 contingentes, por meio de rodizio, selecionados em todos os Comandos Militares de Área do país. Desta forma, essa sistemática proporcionou oportunidade para a disseminação dos ensinamentos, da vivência na missão e das lições aprendidas, ampliando a operacionalidade e o adestramento da tropa. Como consequência, fez com que atualmente as FFAA estejam mais bem preparadas para assumir novos desafios em um ambiente de operações no amplo espectro.

Portanto, com o objetivo da inserção do Brasil no sistema de paz internacional, foi observado que, pela ótica militar, a participação do Brasil na MINUSTAH, foi benéfica para a projeção do País, pois contribuiu para o fortalecimento do Brasil nesse processo, sendo desejável a atuação de nossas Forças Armadas em outras importantes e futuras operações multilaterais.

Notou-se ainda, que essa participação elevou o poder dissuasório das FFAA do Brasil, mostrando seu poder de operar militarmente além das fronteiras do país. Com isso, contribuiu sobremaneira para o fortalecimento da projeção militar perante à comunidade internacional, sendo assim um instrumento de grande valia para a defesa de seus interesses estratégicos no exterior.

Concluiu-se, ainda, que devido à multidimensionalidade e à multinacionalidade da missão, outro ponto de relevância ocasionado por essa projeção militar, foi o benefício da aproximação entre o governo brasileiro com outros países e vários organismos internacionais, favorecendo a execução de acordos de cooperação

conjuntos, de interesse da PEB, contribuindo dessa forma, para a projeção do Brasil perante o mundo e para o fortalecimento das suas relações internacionais.

Por fim, notou-se que a participação das Forças Armadas, principalmente do Exército Brasileiro na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti, foi uma excelente oportunidade para o preparo e adestramento de seus militares. Gerou um aumento da influência do Brasil junto à ONU, devido a sua credibilidade e respeito, sendo certamente uma importante ferramenta para o aumento do seu prestígio perante à comunidade internacional. Com as contribuições que foram apresentadas no transcorrer desse trabalho, chegou-se à conclusão que a importância da sua projeção militar, devido a sua atuação na missão, está diretamente relacionada com a projeção do Poder Nacional, a fim de atingir seus objetivos nacionais de caráter estratégico em apoio à Política Externa Brasileira.

REFERÊNCIAS

ABDENUR, Adriana Erthal; KUELE, Giovanna; FOLLY, Maiara; MACEDO, Gustavo. O Brasil e a MINUSTAH: Lições a partir da literatura acadêmica. In: HAMANN, Eduarda Passarelli; TEIXEIRA, Carlos Augusto Ramires (Orgs.). **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017)**: percepções, lições, práticas relevantes para futuras missões. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé/ Centro Conjunto de Operações e Paz do Brasil Sérgio Vieira de Mello, 2017. p. 101-111.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: Informação e documentação: referências - elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

BRAGA, Carlos Chagas Vianna. Os desafios iniciais da participação das Forças Armadas Brasileiras na MINUSTAH. In: HAMANN, Eduarda Passarelli; TEIXEIRA, Carlos Augusto Ramires (Orgs.). **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017)**: percepções, lições, práticas relevantes para futuras missões. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé/ Centro Conjunto de Operações e Paz do Brasil Sérgio Vieira de Mello, 2017. p. 36-43.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 05 de março de 2020.

_____. Exército. COTER. Divisão de Missão de Paz. **Histórico das Operações de Paz**. Disponível em: http://www.coter.eb.mil.br/images/sistema/menu_divmispaz/historico_op_paz/historico_das_operaes_de_paz.pdf. Acesso em 16 de abril de 2020.

_____. Estado-Maior. **EB20-MF-10.103: Operações**. 4. ed. Brasília, DF, 2014b.

_____. **UNAVEM**. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/unavem>. Acesso em 18 de abril de 2020.

_____. **UNEF I**. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/unef-i>. Acesso em 18 de abril de 2020.

_____. **UNSCOB**. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/unscob>. Acesso em 18 de abril de 2020.

_____. Ministério da Defesa. **MD34-M-2: Manual de Operações de Paz**. 3 ed. Brasília, DF, 2013.

_____. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2012. Disponível em <https://www.defesa.gov.br/estado-e-defesa/politica-nacional-de-defesa>. Acesso em 05 de março de 2020.

FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrise da; UZIEL, Eduardo. A MINUSTAH, o Brasil e o Conselho de Segurança das Nações Unidas. In: HAMANN, Eduarda Passarelli; TEIXEIRA, Carlos Augusto Ramires (Orgs.). **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017):** percepções, lições, práticas relevantes para futuras missões. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé/ Centro Conjunto de Operações e Paz do Brasil Sérgio Vieira de Mello, 2017. p. 9-15.

GIANNINI, Renata Avelar; COSTA, Ivana Maria Ferreira da. A incorporação de uma perspectiva de gênero pelo Brasil na MINUSTAH. In: HAMANN, Eduarda Passarelli; TEIXEIRA, Carlos Augusto Ramires (Orgs.). **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017):** percepções, lições, práticas relevantes para futuras missões. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé/ Centro Conjunto de Operações e Paz do Brasil Sérgio Vieira de Mello, 2017. p. 75-83.

GOMES, Brenda de Cassia Silva; BORBA, Gabriela Alves de; BERWALDT, Julio Werle; PEREIRA, Kauê Ruskowski; CASTAGNA, Leonardo Miglioranza; PINTO, Danielle Jacón Ayres. **Projeção e Identidade Internacional do Brasil: A Multidimensionalidade do Poder Militar nas Operações de Paz.** Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2017. p. 1 – 19.

HAMANN, Eduarda Passarelli. **A Força de uma Trajetória: o Brasil e as operações de paz da ONU (1948-2015).** In: Military Review. Jul 2016.

LANNES, Ulisses Lisboa Perazzo. **O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz.** São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1998. Disponível em <http://www.iea.usp.br/artigos>. Acesso em 02 de março de 2020.

MACIEL, Tadeu Morato; LEAL, Beatriz. **As gerações de paz da ONU a partir de uma mirada pós-colonial.** In: Revista Brasileira de Estudos Estratégicos. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense – UFF, 2019, V. 11, n. 21, p. 131 - 132.
ONU. A História Da Organização. Disponível em <https://nacoesunidas.org/conheca/historia/>. Acesso em 15 de abril de 2020.

MENDONÇA, Marcos Venício. Brasil no Haiti, um caso de sucesso: uma análise da missão brasileira no Haiti. In: HAMANN, Eduarda Passarelli; TEIXEIRA, Carlos Augusto Ramires (Orgs.). **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017):** percepções, lições, práticas relevantes para futuras missões. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé/ Centro Conjunto de Operações e Paz do Brasil Sérgio Vieira de Mello, 2017. p. 58-65.

MERGULHÃO, Ganimedes da Silva. **As contribuições estratégicas, para o Brasil, do emprego do Exército Brasileiro na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti.** Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Política, Estratégia e Alta Administração Militar) - Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018.

MIRANDA, André Luís Novaes. A pacificação de Bel Air. In: HAMANN, Eduarda Passarelli; TEIXEIRA, Carlos Augusto Ramires (Orgs.). **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017):** percepções, lições, práticas relevantes para futuras missões.

Rio de Janeiro: Instituto Igarapé/ Centro Conjunto de Operações e Paz do Brasil Sérgio Vieira de Mello, 2017. p. 51-57.

NAÇÕES UNIDAS. Organização das Nações Unidas (ONU). **Carta das Nações Unidas de 1945**. Nova Iorque. Disponível em <https://nacoesunidas.org/carta/>. Acesso em 05 de março de 2020.

SEITENFUS, Ricardo. **Haiti Dilemas E Fracassos Internacionais**. 1. ed. Ijuí - RS. Editora: Unijuí, 2014.

SILVA, Gabriela Fideles; PAULA, Leonardo Dias de. A Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti: uma alternativa para a sucessão de crises? In: SOUTO, Bruna Carolina da Silva et al. (Orgs.) **Retrospectiva da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH)**. Uruguay: Observatório Sudamericano de Defesas y Fuerças Armadas, 2017. p. 1-2.

TEIXEIRA, Carlos Augusto Ramires. Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil: história e perspectivas pós-MINUSTAH. In: HAMANN, Eduarda Passarelli; TEIXEIRA, Carlos Augusto Ramires (Orgs.). **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições, práticas relevantes para futuras missões**. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé/ Centro Conjunto de Operações e Paz do Brasil Sérgio Vieira de Mello, 2017. p. 25 - 35.

TORREZAM, Rodrigo Campos. **Participação do Exército Brasileiro em Operações de Paz: breve análise e perspectivas de futuro**. In: Revista Defesa Nacional. Jun 2017. v. 104. n. 833 p. 81 - 98.

VIEIRA NETO, Floriano Peixoto. Epopeia militar brasileira no Haiti. In: HAMANN, Eduarda Passarelli; TEIXEIRA, Carlos Augusto Ramires (Orgs.). **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições, práticas relevantes para futuras missões**. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé/ Centro Conjunto de Operações e Paz do Brasil Sérgio Vieira de Mello, 2017. p. 16-23.